

# GOVERNO E EMPRESAS TENTAM CONSENSO

Uma solução para os contratos indexados ao dólar pode demorar mais do que o governo desejava. Ontem, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Rui Coutinho, afirmou que não vai abrir mão de manter a cotação do dólar próxima a R\$ 1,21 para o pagamento das parcelas com vencimento até abril. A proposta foi feita na semana passada e, amanhã, os representantes do ministério voltam a se reunir com a Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel). A reunião será em Brasília.

Segundo Coutinho, é preciso chegar a um consenso ainda esta semana, mas se a Abel apresentar uma proposta com a cotação do dólar fixada em R\$ 1,32 — como algumas empresas cogitaram — será praticamente impossível aceitar. “É, no mínimo, um contrassenso e seria desconfortável para a

entidade estabelecer o teto da banda cambial em dezembro, quando algumas empresas do setor já estão renegociando os contratos com base no dólar a R\$ 1,25”, afirmou o secretário.

Desde a semana passada, empresas como Ford e Fiat estão anunciando que os consumidores com contratos atrelados à variação cam-

bial estão autorizados a pagar as parcelas com base no cotação do dólar em R\$ 1,25. A proposta do governo valeria para todos os contratos feitos pelo sistema de leasing e as pessoas jurídicas, além das pessoas físicas, também poderiam renegociar suas dívidas. Segundo dados da Abel, aproximadamente 80% dos contratos se referem à compra de veículos. O restante está relacionado à aquisição de máquinas, equipamentos e aeronaves.

Um sinal de que não será fácil costurar um acordo ficou patente on-

tem. Numa reunião preparatória ao encontro de amanhã em Brasília, as empresas de leasing deixaram claro que não aceitam a proposta do governo de congelar o câmbio em R\$ 1,21. O valor, que considera a cotação do dia 31 de dezembro, foi considerado muito baixo pelas empresas. O setor defende uma taxa média entre R\$ 1,21 e a cotação praticada hoje pelo mercado. O presidente da Abel, Antônio Bornia, disse que o valor final ficará abaixo de R\$ 1,50.

Bornia acredita num entendimento com o governo. As empresas aceitam dilatar o prazo de pagamento das prestações por quatro meses, até o fim de abril, usando nesse período uma cotação do dólar menor do que atual. A diferença seria paga no fim do contrato ou diluída nas prestações restantes.

As empresas também concordam em não cobrar multa para quem está inadimplente desde 14 de janeiro, um dia depois da liberação do câmbio — isso para os consumidores que aderirem ao contrato. Caso as empresas de leasing fechem um acordo amanhã com o governo, a data limite para os consumidores aderirem ao contrato é 15 de março, segundo a Abel.

